



TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE SÃO PAULO
COMARCA DE SÃO CARLOS
FORO DE SÃO CARLOS
VARA DO JUIZADO ESPECIAL CÍVEL
RUA SORBONE, 375, São Carlos-SP - CEP 13560-760

SENTENÇA

Processo Digital nº: **0001632-27.2014.8.26.0566**
 Classe – Assunto: **Procedimento do Juizado Especial Cível - Indenização por Dano Material**
 Requerente: **Joao Edson Cordeiro**
 Requerido: **BANCO PANAMERICANO S.A**

Juiz(a) de Direito: Dr(a). **Silvio Moura Sales**

Vistos.

Dispensado o relatório, na forma do art. 38, caput, parte final, da Lei nº 9.099/95, e afigurando-se suficientes os elementos contidos nos autos à imediata prolação da sentença,

D E C I D O.

Trata-se de ação em que o autor alegou ter celebrado contrato de empréstimo com o réu, o qual foi regularmente quitado em maio de 2013.

Alegou ainda que sem qualquer justificativa o réu lhe cobrou importância pertinente àquele negócio em fevereiro de 2014, almejando ao ressarcimento da mesma.

O réu em contestação genérica não impugnou especificamente os fatos declinados a fl. 01.

Limitou-se a asseverar que havia débito em aberto atinente ao empréstimo em pauta e que a cobrança realizada seria por isso válida.

Todavia, não indicou qual o montante da dívida porventura pendente de pagamento, bem como silenciou sobre o documento de fl. 08, segundo o qual o empréstimo aqui versado já está encerrado.

Como se não bastasse, não esclareceu por qual razão fez a cobrança em fevereiro de 2014 e não nos meses anteriores, quando a última parcela do contrato se venceu em maio de 2013 (fl. 03).



TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE SÃO PAULO
COMARCA DE SÃO CARLOS
FORO DE SÃO CARLOS
VARA DO JUIZADO ESPECIAL CÍVEL
RUA SORBONE, 375, São Carlos-SP - CEP 13560-760

A conjugação desses elementos, aliada à inexistência de outros que apontassem para direção contrária, conduz ao acolhimento do pleito exordial, ausente base minimamente sólida para alicerçar a cobrança trazida à colação.

Isto posto, **JULGO PROCEDENTE** a ação para condenar o réu a pagar ao autor a quantia de R\$ 145,56, acrescida de correção monetária, a partir de fevereiro p.p. (época do débito de fl. 05), e juros de mora, contados da citação.

Caso o réu não efetue o pagamento no prazo de quinze dias, contados do trânsito em julgado e independentemente de nova intimação, o montante da condenação será acrescido de multa de 10% (art. 475-J do CPC).

Deixo de proceder à condenação ao pagamento de custas e honorários advocatícios, com fundamento no art. 55, caput, da Lei nº 9.099/95.

P.R.I.

São Carlos, 17 de março de 2014.

**DOCUMENTO ASSINADO DIGITALMENTE NOS TERMOS DA LEI 11.419/2006,
CONFORME IMPRESSÃO À MARGEM DIREITA**